

Reunião com ministro da Saúde é confirmada para o dia 25 de agosto

A aguardada reunião entre as entidades representativas dos servidores da Saúde e o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, está confirmada para o dia 25 de agosto. A confirmação foi feita durante a "Oficina de Ação Desenvolvimento dos Servidores" da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS), realizada nos dias 4 e 5 de agosto, na sede da Fiocruz, em Brasília.

A atividade reuniu representantes da bancada sindical, da bancada governamental e convidados, com o objetivo de fortalecer o funcionamento da Mesa Setorial de Negociação Permanente e discutir o aprimoramento do processo de negociação entre governo e entidades representativas.

A abertura dos trabalhos foi conduzida por representantes do Ministério da Saúde, incluindo o coordenador-geral de Gestão de Pessoas, Sérgio Henrique Moreira Cunha. Um dos principais anúncios foi feito pelo subsecretário de Assuntos Administrativos, Donizete Simioni, que confirmou a realização da reunião com o ministro Alexandre Padilha. Esta é uma demanda urgente e que vem sendo aguardada pelas entidades e pelos servidores da Saúde.

Oficina fortalece o processo de negociação

Além da confirmação da agenda com o ministro, a oficina promoveu uma atividade prática de simulação de negociação. No exercício, representantes da bancada sindical assumiram o papel



do governo, enquanto integrantes da bancada governamental representaram as entidades sindicais. A dinâmica permitiu aos participantes compreender melhor os desafios enfrentados em uma mesa de negociação e contribuiu para o aperfeiçoamento do diálogo entre as partes.

Os participantes também foram divididos em quatro grupos para discutir propostas de atualização do Regimento Interno da Mesa Setorial de Negociação Permanente. Como não houve consenso sobre todos os pontos debatidos, ficou definido que a

bancada governamental irá consolidar as contribuições apresentadas e encaminhá-las às entidades para análise.

O tema voltará à pauta na reunião da Mesa da Saúde, marcada para 26 de agosto, quando deverá ser concluída a discussão sobre o novo regimento.

A agenda da Mesa da Saúde para o fim de agosto já está definida:

24 de agosto

Reunião preparatória;

25 de agosto

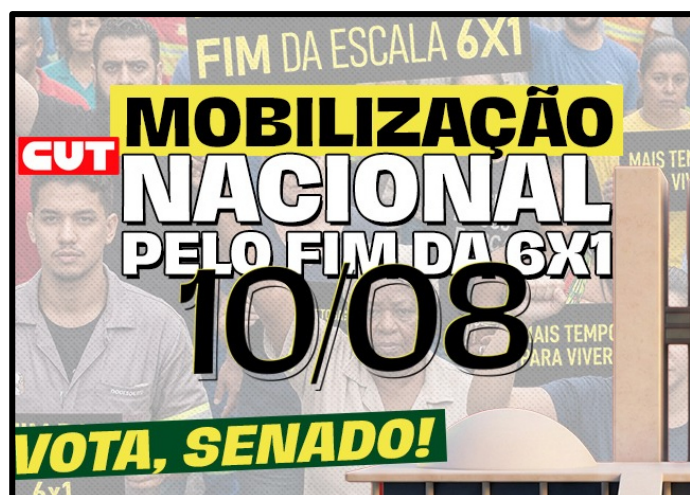
Reunião com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha;

26 de agosto

Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde.

A Condsef/Fenadsef seguirá acompanhando as discussões e participando das negociações, defendendo as reivindicações dos servidores da Saúde e mantendo a categoria informada sobre os próximos desdobramentos.

Fonte: Condsef



Lei Maria da Penha completa 20 anos e reforça luta contra a violência às mulheres

Neste 7 de agosto, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) completa 20 anos como um dos principais instrumentos de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. A legislação foi um marco ao reconhecer a violência doméstica como uma violação dos direitos humanos, ampliar a responsabilização dos agressores e criar mecanismos de proteção às vítimas.

A data também marca o Agosto Lilás, campanha nacional de conscientização pelo fim da violência contra as mulheres. Durante o mês, são realizadas ações para divulgar direitos, orientar sobre as formas de violência e ampliar o acesso à rede de proteção.

Apesar dos avanços, os números continuam preocupantes. Somente no primeiro semestre de 2026, o Brasil registrou 732 feminicídios, uma média de quatro mulheres assassinadas por dia. Cerca de 65% das vítimas são mulheres negras. Em 2025, foram 1.571 casos, recorde pelo quarto ano consecutivo.

Para a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Amanda Corcino, os 20 anos da Lei Maria da Penha representam uma conquista histórica do movimento feminista, mas ainda existem grandes desafios. Ela defende o fortalecimento da rede de proteção, a ampliação das políticas públicas e ações permanentes de prevenção e educação.

A dirigente também destaca a importância de combater a violência no mundo do trabalho. Muitas mulheres continuam trabalhando enquanto enfrentam consequências físicas e emocionais das agressões. Por isso, a CUT defende que acordos e convenções coletivas incluam medidas de proteção às trabalhadoras vítimas de violência doméstica.



PREVENÇÃO E PROTEÇÃO

O feminicídio geralmente é resultado de um ciclo de violência que pode envolver ameaças, controle, humilhações, isolamento, violência psicológica e agressões físicas. Identificar esses sinais e garantir proteção antecipada é fundamental para evitar que a violência chegue ao extremo.

As medidas protetivas de urgência são importantes instrumentos da Lei Maria da Penha, mas ainda enfrentam dificuldades de fiscalização e acompanhamento. Por isso, especialistas defendem o fortalecimento de toda a rede de atendimento.

O Agosto Lilás reforça a necessidade de informação, prevenção e mobilização social. O Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher, funciona gratuitamente 24 horas por dia para orientar, receber denúncias e encaminhar casos aos órgãos competentes. Em situações de emergência, deve ser acionado o 190.

Após duas décadas, a Lei Maria da Penha permanece como uma conquista fundamental. O desafio é garantir que seus mecanismos de proteção sejam efetivos e que nenhuma mulher tenha sua vida interrompida pela violência.

Com informações repassadas pela CUT.

COMBATER O FEMINICÍDIO É UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA!
CAMPANHA PERMANENTE DA CUT DE COMBATE AO FEMINICÍDIO



CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS E BAIXAR OS MATERIAIS